

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG**

**RELVA FABER**

**MARTIM DE SÁ:**

**A LITERATURA SOBRE UMA  
COMUNIDADE TRADICIONAL BRASILEIRA**

**VARGINHA-MG**

**2023**

**RELVA FABER**

**MARTIM DE SÁ:**  
**A LITERATURA SOBRE UMA**  
**COMUNIDADE TRADICIONAL BRASILEIRA**

Trabalho de conclusão de Piepex apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia.

Orientador: José Roberto Porto de Andrade  
Junior.

**VARGINHA-MG**

**2023**

## RESUMO

A presente revisão bibliográfica não sistemática estuda a história da comunidade caiçara que habita a praia de Martim de Sá, na Reserva Ecológica Estadual da Juatinga, na cidade de Paraty, no estado do Rio de Janeiro. Este estudo se propõe a retratar a condição de vida dos moradores desta comunidade caiçara especificamente, e os principais problemas por eles enfrentados. Trata-se de um local isolado geograficamente, por onde só se chega através de trilhas de mais de uma hora ou então por via marítima, que em muitas vezes fica impossibilitada, principalmente em dias de mar revolto, pois o acesso é muito perigoso. Os moradores locais não possuem acesso a muitas políticas públicas e serviços básicos, sendo a parte da educação das crianças, o acesso a terra e a realização de suas atividades produtivas o que mais preocupa seus moradores, que vivem do conhecimento e da cultura adquirida por gerações vivendo neste bioma. Baseado em todo o contexto relacionado com os povos e comunidades tradicionais do Brasil, este artigo pretende trazer à discussão a vida da comunidade caiçara Martim de Sá através de informações, reflexões e ampliando o debate sobre a forma de vida dessa comunidade suas principais dificuldades enfrentadas e seus direitos segundo a literatura bibliográfica que se propôs a analisar essa comunidade. A elaboração deste trabalho pautou-se também na minha própria vivência dentro da comunidade. Sua existência e pertencimento a este local trazem um olhar de cuidado com o meio ambiente através da forma de existir deste grupo que contrapõe a lógica capitalista hegemônica e nos ensina diferentes formas de vida pautadas na preservação da natureza e sustentáveis. A necessidade de políticas públicas e a contradição entre a realidade das comunidades e o modelo de preservação que atualmente se encontra a reserva está modificando o local e fazendo com que os caiçaras de Martim de Sá sejam indiretamente obrigados a migrar para as periferias de Paraty.

**Palavras chave: comunidades tradicionais, Martim de Sá, caiçara, políticas públicas, sustentabilidade.**

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 COMUNIDADES TRADICIONAIS NO BRASIL E POLÍTICAS PÚBLICAS	8
3 A COMUNIDADE “MARTIM DE SÁ” Paraty - RJ	14
3.1 Dificuldades no acesso à Terra	20
3.2 A Educação nessa comunidade tradicional	23
3.3 Atividades Produtivas e Proteção da Natureza	26
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	35
ANEXO I	39

## 1 INTRODUÇÃO

A península da Juatinga está localizada na cidade de Paraty, no estado do Rio de Janeiro. Isolada e com natureza privilegiadamente conservada, a região é a casa de cerca de 20 comunidades locais, que se autodenominam caiçaras. Os caiçaras são reconhecidos como povos e comunidades tradicionais, pelo Decreto nº6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)

Um lugar de beleza natural surpreendente, que tem uma cultura forte e com práticas tradicionais e necessárias ao cotidiano dos grupos. Todas as práticas tradicionais são ligadas a biodiversidade local como o cultivo de gêneros alimentícios, produção de farinha de mandioca e diversos tipos de pesca. A pesca é principalmente utilizada para a alimentação das comunidades, mas também é ocasionalmente comercializada no mercado de peixes em Paraty. Além da produção de artesanato a partir de cipós e bambus que geram renda, através da venda para os turistas que frequentam a região e a confecção da canoa de um tronco só, usada para a pesca e para a travessia marítima até Paraty, em seus modelos com motor.

Este estudo se propõe a retratar a condição de vida e caracterizar os principais problemas enfrentados pelos moradores de uma comunidade caiçara especificamente: a comunidade Martim de Sá, a partir do método de revisão bibliográfica não sistemática.

Essa comunidade se encontra em um local isolado geograficamente, por onde só se chega através de trilhas de mais de uma hora ou então por via marítima, que em muitas vezes fica impossibilitada, principalmente em dias de mar revolto, pois o acesso é muito perigoso e longínquo.

Apesar da dificuldade de mobilidade, Martim de Sá é uma muito procurada por turistas de diversas partes do país. Durante minha estadia no local pude observar suas belezas. Sua grande extensão de faixa de areia branca com amendoeiras centenárias que fazem sombra em toda a praia tornam as tardes agradáveis em Martim de Sá. As águas do mar são limpas e muito cristalinas de cor azul esverdeado, porém muito instáveis e apenas no verão o mar fica calmo o suficiente para contemplar a sua beleza. É possível avistar animais marinhos nadando como golfinhos, tartarugas marinhas, peixes entre outros. Esse paraíso também possui um

circuito de cachoeiras que finaliza em um rio límpido que deságua no mar onde é possível se banhar e apreciar a paz e beleza desse lugar. À noite é possível avistar constelações, estrelas cadentes e um nascer da lua que é um espetáculo.

Os moradores locais não possuem acesso a muitas políticas públicas a serviços básicos, que são um direito garantido em Constituição, como saúde, educação e saneamento básico são escassas e esta falta de atenção por parte do poder público torna a sobrevivência na localidade cada dia mais difícil e vulnerável à saúde e educação.

A área da educação, inclusive, sempre foi uma das mais relegadas e alvo de constantes cobranças dos caiçaras da Juatinga. Com o passar dos anos algumas comunidades da Reserva ganharam escolas municipais, que trazem conhecimento básico, até o 5º ano do Ensino Fundamental para estas pessoas, algo que apesar de válido, não supre as necessidades mínimas das comunidades, pois para se tornar um pescador licenciado pela Capitania dos Portos, o profissional deve ter completado até o 9º ano do Ensino Fundamental. Essa disparidade traz problemas para a sociedade caiçara, que involuntariamente acaba sendo obrigada a procurar educação em outras localidades. Muitos acabam se mudando para a periferia de Paraty, sendo retirados de sua cultura e do seu modo de vida, em busca de informação necessária através do ensino para que suas crianças possam desenvolver as atividades profissionais e as práticas culturais da comunidade para as futuras gerações.

Para melhor entendimento da realidade desta comunidade este trabalho traz um pequeno resumo da história dos povos e comunidades tradicionais e como a história vem sendo tratada ao longo dos anos pelo poder público brasileiro, através de políticas públicas específicas para cada cultura.

Baseado em todo o contexto relacionado com os povos e comunidades tradicionais do Brasil, este artigo pretende trazer à discussão a vida da comunidade caiçara Martim de Sá através de informações, reflexões e ampliando o debate sobre a forma de vida dessa comunidade e as principais dificuldades enfrentadas segundo a literatura bibliográfica que se propôs a analisar essa comunidade.

A elaboração deste trabalho pautou-se também na minha própria vivência dentro da comunidade no período de dezembro de 2021 até março de 2022, onde pude conhecer como é a vida em Martim de Sá, os moradores locais, seus

costumes, o dia-a-dia da comunidade e histórias contadas pelos mais velhos. Nesse período, moravam cerca de 15 pessoas na praia.

Através da literatura é possível afirmar que a sua existência e pertencimento a este local trazem um olhar de cuidado com o meio ambiente através da forma de existir deste grupo e a necessidade de políticas públicas está modificando o local.

## 2 COMUNIDADES TRADICIONAIS NO BRASIL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Os povos tradicionais fazem parte de toda a cultura da América colonizada pelas nações europeias. Relegados a um segundo plano por séculos, hoje em dia é papel fundamental dos governantes a reparação a estes povos, oferecendo políticas públicas que atendam às necessidades destes cidadãos.

No Brasil são consideradas povos e comunidades tradicionais: indígenas, caiçara, açoriano, caipira, babaçueiro, jangadeiro, pantaneiro, pastoreio, quilombola, ribeirinho/caboclo amazônico, ribeirinho/caboclo não-amazônico (varjeiro), sertanejo/vaqueiro e pescador artesanal. Segundo a Constituição Federal de 1988:

“ Art. 215 – O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro- -brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional [...]

Art. 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - As formas de expressão;

II - Os modos de criar, fazer e viver;

III – As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. [...]

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. (BRASIL, 1988).”

Há décadas, povos tradicionais buscam soluções para o descompasso entre legislação ambiental e direitos garantidos pela Constituição. A luta dos seringueiros, liderada por figuras como Chico Mendes (1944-1988), ajudou a criar as reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável, modelos jurídicos que, em que pesem eventuais limites, reconhecem as formas específicas de saber, viver e fazer dos povos tradicionais. Esses modelos também propiciam parcerias com o governo para proteger as comunidades de invasões de grileiros e madeireiros, por exemplo. Não é de hoje que as comunidades tradicionais têm avançado o debate sobre políticas públicas, mobilizando parcerias com outros povos da floresta, além de universidades e órgãos jurídicos.

Conforme o Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, (Brasil,2007) que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, estes povos e comunidades tradicionais podem ser definidos como:

“ Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto 6.040, art. 3º, § 1º). (BRASIL, 2007).”

São grupos de uma diversidade cultural grande, por isso comumente são analisados a partir do modo de vida que levam. Conforme fala de Caetano e Neves:

“ As comunidades quilombolas/rurais/tradicionais coexistem paralelamente à realidade da zona urbana e resistem com o seu modo de vida e identidades específicas. Elas carregam tradições, costumes, normas, concepções oriundas de uma cultura tradicional de seus antepassados. Geralmente, demonstram intensa relação com a natureza, já que dependem dela para a reprodução ampliada da vida. (CAETANO; NEVES, 2013, p.7-8).”

Essas comunidades se caracterizam por alguns pontos como:

“-A relação com a natureza: o modo que esses grupos usam e manejam os recursos naturais se materializa através dos saberes que eles construíram sobre os ecossistemas, a biodiversidade e os recursos naturais como um todo.

-A relação com o território e a territorialidade: A ancestralidade, a memória e o sentido de pertencimento são a base para a relação com o território, que tem um sentido material, físico e um sentido imaterial, simbólico.

-A racionalidade econômico-produtiva: As relações de parentesco são de fundamental importância para a produção econômica dessas comunidades já que essa produção é familiar e doméstica. A produção é realizada para atender primeiramente as necessidades do grupo familiar e somente após isso, que o excedente vai ao mercado capitalista.

-As inter-relações com os outros grupos da região e autoidentificação: é na interação com outras comunidades que se constrói a identidade das comunidades. Por conta disso as interrelações são fundamentais. (CRUZ, 2012, p.4). ”

As políticas públicas de hoje em dia seguem os preceitos da Constituição Federal de 1988 e seu Artigo 5º, segundo o qual “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Contudo,

“Do ponto de vista histórico, cabe ressaltar que esses povos e comunidades são marcados pela exclusão não somente por fatores étnico-raciais, mas, sobretudo, pela impossibilidade de acessar as terras por eles tradicionalmente ocupadas, em grande medida usurpadas por grileiros, fazendeiros, empresas, interesses desenvolvimentistas ou até pelo próprio Estado. (FILHO; MENDES, 2014, p.13) ”

Tal encaminhamento mostra que, apesar de toda a história de desigualdade que observamos ao longo da história de nosso país, foram conquistados alguns avanços dentro das políticas públicas em defesa dos direitos das comunidades dos povos tradicionais brasileiros.

Tanto que para isso foram criadas diversas leis de proteção ao direito dos povos tradicionais ao longo dos anos e as principais em vigor, até o final de 2022 são: Alimenta Brasil, Programa do Artesanato Brasileiro, Luz para todos, programas de saneamento básico entre outros.

“Alimenta Brasil: programa de aquisição de alimentos, que tem como finalidade ampliar o acesso à alimentação e incentivar a produção de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, povos indígenas e demais populações tradicionais. (BRASIL, 2022) ”

Em outras palavras, o Governo Federal adquire alimentos de pequenos produtores e repassa à população carente de cada região. Esse modelo também é conhecido como Agricultura Familiar em algumas localidades, onde as prefeituras compram dos pequenos produtores da cidade para complementar a merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino básico.

“Programa do Artesanato Brasileiro (PAB): tem o objetivo de coordenar e desenvolver atividades que tenham por escopo valorizar o artesão brasileiro, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico, além de desenvolver e promover o artesanato e a empresa artesanal. (BRASIL, 2022).  
”

A ideia consiste em valorizar o trabalho do artesão, possibilitando a ele reconhecimento e formas de manter-se através da venda da produção da sua arte, transformando o dom do artesão em fonte de renda para sua vida.

Há também programas que visam o saneamento básico nas comunidades dos povos tradicionais, que segundo Brasil (2022):

“As ações de saneamento em áreas rurais e comunidades tradicionais desenvolvidas pela Funasa, por meio da Ação Orçamentária 21C9 - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais (Localidades de Pequeno Porte) ou em Comunidades Tradicionais (Remanescentes de Quilombos)-, incluída no Objetivo 1189 (Ampliar o Acesso da População a Serviços Adequados de Saneamento Básico) do Programa 2222 (Saneamento Básico), do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, que contemplam:

- 1- Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de
- 2- Abastecimento de água;
- 3- Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de
- 4- Esgotamento sanitário;
- 5- Implantação de melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, incluindo a implantação de sistemas de captação e armazenamento de água da chuva (cisternas). (BRASIL, 2022) ”

Este programa necessita de projeto vindo dos municípios onde as comunidades tradicionais se encontram para que o Governo Federal aprove a verba e conseqüentemente possa ser dado o andamento para a melhoria do saneamento destes locais.

Apesar da criação destes programas, e outros não citados aqui, a maioria ainda não foram implementados em todas as comunidades e mesmo com o avanço

trazido continua sendo insuficiente para a realidade da população de Martim de Sá poder viver dignamente.

### 3 A COMUNIDADE “MARTIM DE SÁ” Paraty – RJ

A Reserva Ecológica da Juatinga é uma reserva ecológica do estado do Rio de Janeiro e foi criada em 1992 com o intuito de proteger uma área de mata atlântica situada sobre uma península acidentada na beira do Oceano Atlântico, sob o regime de proteção integral.

A categoria de proteção integral contradiz a realidade do local onde existem várias comunidades caiçaras que vivem no local há gerações conservando esse paraíso.

A Juatinga é um lugar onde ainda se conserva uma grande parte de Mata Atlântica, podemos relacionar as prerrogativas da escolha desse modelo de conservação, atribuído à Reserva, ao “Mito da natureza intocada”. Como discorre Diegues (1994):

“A noção de mito naturalista, da natureza intocada, do mundo selvagem diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado ‘puro’ até anterior ao aparecimento do homem. Esse mito supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza. O homem seria, desse modo, um destruidor do mundo natural e, portanto, deveria ser mantido separado das áreas naturais que necessitam de uma “proteção total”. (DIEGUES, 1994, p. 45).”

Ainda, segundo o autor, este mito moderno seria uma ideia utópica de que a natureza precisa estar separada do homem para garantir sua preservação. O que os caiçaras provaram o contrário, pois eles habitam o local há várias gerações e garantindo a preservação até os dias atuais.

Uma política conservacionista muito usada pelos países do Terceiro Mundo com o objetivo de garantir a preservação de locais que tenham a fauna e a flora importantes ecologicamente, como a Juatinga. A criação de áreas naturais protegidas no modelo baseado no implementado pelos Estados Unidos, onde o principal objetivo é manter a sua paisagem intacta, semelhante ao seu estado natural antes da intervenção do homem. Com objetivo de apreciação durante visitas do homem urbano, segundo Diegues, para a corrente do naturalismo manter essa

distância seria a única forma de garantir a preservação. Contudo a tradição caiçara nos mostra que é possível habitar áreas sem degradar a natureza.

Através do trabalho de Diegues, fica claro o porquê de se denominar um mito pois no Brasil vivem populações indígenas, ribeirinhas, pescadores artesanais nas florestas e esses povos possuem um modo de vida autêntico e particular totalmente dependente dos ciclos naturais, assim como uma linguagem específica e uma ampla diversidade cultural.

Essa política parte da visão de mundo preservacionista, em que a degradação da natureza pelo homem é algo inevitável e inerente à intervenção humana, defende a determinação de locais de conservação separados da vida do homem onde ele pudesse visitar apenas para apreciar a sua beleza. (DIEGUES, 1996) a tentativa de se implementar esse modelo no país tem gerado muitos conflitos desde sempre, pois como na realidade do Brasil isso implica na expulsão de moradores tradicionais de suas terras originárias, onde viviam seus ancestrais.

Esses povos tradicionais dependem dos recursos naturais ali provenientes para a manutenção da sua sobrevivência bem como a preservação da sua cultura, costumes e tradições. As florestas já eram ocupadas por tribos indígenas e outras comunidades tradicionais que elaboraram formas de ocupação desse espaço e utilização da natureza, desenvolvendo métodos de preservação e conservação.

Contudo, em nome da preservação foram criadas leis que proíbem a pesca e o extrativismo e a caça dentro dessas áreas, apesar de ser possível a prática dessas atividades de forma sustentável.

A região da Juatinga, por ter um acesso difícil, cria em seu entorno uma aura mítica, de lugar a ser preservado e cuidado, como se fosse um verdadeiro paraíso perdido em meio a todo o caos que a vida moderna traz para a sociedade como um todo.

Neste local existem alguns povos tradicionais, compostos pelas comunidades caiçaras que vivem na Juatinga há muitas gerações e ainda mantém boa parte das tradições de seus ancestrais. A resistência desses povos para garantir sua permanência tem sido fundamental para a continuidade do seu modo de vida.

Para Diegues (1996) a diversidade sociocultural deve ser preservada, através da criação de modelos de conservação democráticos, onde a cidadania das comunidades tradicionais seja respeitada e estes tenham protagonismo nas

decisões e contribuam com seus conhecimentos tradicionais sobre o bioma e técnicas de manejo passadas de geração para geração as quais são pouco conhecidas pelos órgãos de conservação.

O termo caiçara é como se autodenominam as pessoas dessas comunidades. Os caiçaras são pessoas que têm descendência indígena, portuguesa e africana. São grupos que se formaram no período do fim da escravidão e vivem em comunidades no litoral do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Nasceram da miscigenação e seu modo de viver tem como base a pesca artesanal, o artesanato, a agricultura itinerante e extrativismo (Diegues,2000).

A principal característica que determina o “caiçara” nesse caso é o auto reconhecimento, essa reivindicação é usada para fortalecer a identidade cultural desse povo (Vianna,2008).

Há diversas comunidades tradicionais que vivem na Reserva Ecológica Estadual da Juatinga localizada no município de Paraty no estado do Rio de Janeiro. Este trabalho vai se restringir ao estudo da comunidade da praia de Martim de Sá.

No mapa a seguir podemos verificar a localização da Praia de Martim de Sá e a distância da mesma em relação aos centros urbanos, que se encontram pintados de branco.

Figura 1 - Mapa de localização de Martim de Sá



Fonte: SINAY, 2002, p. 41

A comunidade da Praia de Martim de Sá é a mais isolada dentre as comunidades da península da Juatinga. Nessa praia é onde vive a família dos Remédios há 4 gerações, também possuem forte relação com as comunidades da Rombuda, Anchovas e Cairuçu das Pedras que são vizinhas a Martim de Sá e moram familiares (Monge,2012) se destaca no estudo sobre a família dos Remédios, e os entrevistou sobre o que eles próprios entendem sobre ser caiçara. As respostas se basearam principalmente em pertencer àquele lugar, e seu modo de vida baseado na pesca e agricultura. Seu modo de falar e de alimentação também foi citado pelos moradores como pertencentes ao “ser” caiçara. Um dos membros da família também citou a preservação da natureza e os antepassados indígenas. Segundo (Sinay,2002) há algumas diferenças das características exemplificadas por Diegues (1996), mas ainda assim a família dos Remédios pode ser considerada tradicional pelo sentimento de pertencimento o qual não pode ser descrito, apenas sentido por eles. Apesar dos órgãos de preservação acreditarem que não exista mais a cultura caiçara a autora afirma que a identidade cultural caiçara não é algo rígido, mas sim um processo histórico que está em constante mudança.

A seguir uma imagem da praia de Martim de Sá vista de cima.

*Figura 2 - Vista da Praia de Martim de Sá*



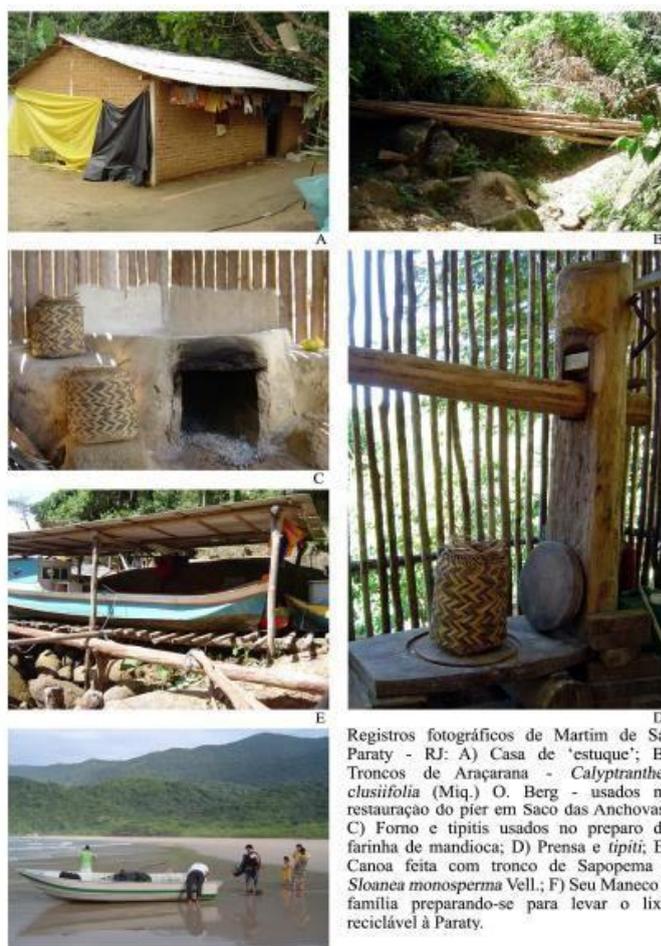
*Fonte: MONGE, 2012, p. 25*

Segundo (Sinay,2002), a Praia de Martim de Sá ganhou esse nome quando o próprio Martim de Sá, o qual recebeu as terras entre o Rio de Janeiro e Santos da coroa portuguesa, nomeou a praia mais bonita com seu próprio nome.

Muitos anos depois nasceu Manoel dos Remédios, filho de Roque Fermiano e Dona Capitulina dos Remédios. Numa economia de subsistência, através de pequenos cultivos, principalmente de mandioca e pesca artesanal cresceu “Seu Maneco” como é conhecido, viveu toda sua infância com seus pais e irmãos na Praia de Martim de Sá.

Enquanto estive hospedada no local, me chamou atenção as crianças brincando livremente pelo espaço e não possuem aparelhos eletrônicos nem mesmo televisão. Sua alimentação é baseada em frutas tiradas do pé, arroz, feijão e peixe. As mulheres da comunidade têm costume de cozinhar para os turistas pratos feitos de peixe ou lula, ambos pescados no local, assim como bolos e lanches. O consumo de bebidas alcoólicas não é encorajado no local, assim como festas e badernas. No camping é possível avistar placas com mensagens de silêncio e respeito à natureza e a família que mora no local. A seguir imagens das casas onde vivem a população, a casa de farinha onde produzem farinha de mandioca, os barcos que utilizam para pescar e fazer seu transporte.

*Figura 3 - Como vivem os caiçaras*



Registros fotográficos de Martim de Sá, Paraty - RJ: A) Casa de 'estuque'; B) Troncos de Araçarana - *Calypttranthes clusiifolia* (Miq.) O. Berg - usados na restauração do pier em Saco das Anchovas; C) Forno e tipitis usados no preparo da farinha de mandioca; D) Prensa e tipiti; E) Canoa feita com tronco de Sapopema - *Sloanea monosperma* Vell.; F) Seu Maneco e família preparando-se para levar o lixo reciclável à Paraty.

Fonte: BORGES, 2007, p. 50

A praia Martim de Sá, é um lugar procurado principalmente por turistas que querem se divertir em contato com a natureza preservada da região. O lugar tem um bioma de Mata Atlântica que encanta seus visitantes. Por toda a sua beleza a região atrai olhares diversos, mas a realidade dos moradores fica bem distante da alegria que seus turistas encontram em suas trilhas.

A falta de políticas públicas básicas, escola, coleta de lixo, saúde, etc. está impossibilitando a sua permanência e a continuidade do seu modo de vida apesar da resistência por parte das famílias caiçaras, as tentativas por parte da especulação imobiliária de remover essa família é grande. Através do trabalho de (Monge,2012) é possível afirmar que Martim de Sá é menos favorecida dentre as outras comunidades próximas que possuem escolas e visitas de médicos de tempos em tempos. A comunidade de Martim de Sá até 2005 não possuía energia elétrica, que foi instalada após a realização do programa do governo federal Luz para todos. A maioria das pessoas é analfabeta ou semianalfabeta devido a distância das escolas até a comunidade.

Identifiquei três temas de importância trabalhados na literatura sobre a comunidade Martim de Sá. São eles: “Dificuldade no acesso à terra”, Educação e “atividades produtivas e proteção ambiental”.

### 3.1 DIFICULDADES NO ACESSO À TERRA

Sobre o tema “Dificuldades no acesso à Terra” o texto. “Ecoturismo e Culturas tradicionais Estudo de Caso: Martim de Sá”. (Sinay,2002) se destaca.

Ao longo dos anos a família dos Remédios passou por diversas dificuldades no que tange à legalidade da sua posse sobre Martim de Sá. Além de sofrerem com ações de reintegração de posse por parte de supostos herdeiros da antiga fazenda, também enfrentam até hoje a luta pela legalidade das suas atividades após a criação da Reserva Ecológica Estadual.

Segundo Sinay (2002) o primeiro conflito de terra que a família dos Remédios passou foi quando em 1962, supõem-se que o Sr. Pacheco comprou a fazenda Martim de Sá, como “Seu Maneco” Relata:

“Foi assim ... meu avô habitava aqui nessa terra ... foi do avô do meu avô que era essa terra. Aí parece que ele vendeu pra outro e o cara não tocou a fazenda, deixou aí os caçaras. Entraram alguns naquela época, morreram, outros saíram, e o meu avô veio habitar nessa terra, ficou habitando aí com o meu pai, que os outros irmãos casaram, e o meu pai, sendo caçula, foi no Sono arrumou minha mãe que táí. Botou em casa, que aqui não tem casamento, se gostaram e vamos embora pra casa que eu te assustento, e acabou... ... eu tinha 15 anos e daí apareceu um coronel do exército aqui pra caçar com espingarda, mochila, tudo. Pra gente caçar, foisse mais um coroa com ele, e pagou ai uns pessoal do Pouso pra carregar as mochila dele, as coisa dele pra ele caçar, apareceu aqui, quando ele viu essa beleza aqui, da divisa pra cá, que viu essa mata linda, muito cercada de benfeitoria, ah.. meu Pai e ficou impressionado, perguntou se tinha dono isso aqui, papai disse: -Dizem que existe dono mas até agora eu não conheço, nunca teve aqui e nem meu pai ali conhece também o dono disso aqui, mas dizem que tem um dono.... Nem caçou direito, ficou acho foi uma semana que ele teve aqui e foi embora pro Rio de Janeiro, e voltou no prazo de um mês dizendo que tinha achado o dono e tinha comprado a fazenda, que o meu pai ficasse morando que ele ia tocar a fazenda, mas não ia se incomodar com meu pai, que meu pai podia criar os seus filhos a plantação ... e foi trazendo o povo e foi trazendo pra cá num ritmo de escravidão ...e foi botando mato no chão, foi destruindo, abrindo estradinha e foi fazendo carvão ... tudo é madeira nova que foi tudo destruído ... ele pediu o papai que tratasse tudo que o papai plantasse. Era unir com ele que a

fazenda era dele, aí o papai não concordou porque o dinheiro não tinha, não da, trabalhava muito pra sustenta a família ... não tinha nada de máquina era tudo no braço e na mão ..... foi aí que eu já tinha crescido, já tinha casado, ele me chamou: - É meu filho a fazenda é dele, ele comprou, vamos embora daqui, deixa aí pra ele ... ..aí fomos pra lá, eu fui pras Anchovas, papai lá pro Caiuruçu, passou uns anos assim que ... a fazenda foi a falência (SINAY, 2002, p.51).”

Ainda segundo a autora, a família dos Remédios vive em constante preocupação de sofrer reintegração de posse pelos supostos herdeiros do Pacheco, a de ser removida para uma área de não proteção ambiental e a de viver em um local degradado por não possuir um plano de manejo e com isso não ter um controle no número de turistas que podem visitar o local.

A localização de Martim de Sá é privilegiada e está situada em uma área muito valorizada e nos dias atuais seus habitantes vivem em constante medo de terem que ir embora da terra que vivem e cuidam. O principal motivo é estar dentro de uma reserva ecológica em prol da conservação da natureza e pela dificuldade de conseguirem realizar suas atividades produtivas após a criação da Reserva e com isso serem obrigados a migrar para Paraty em busca de trabalhos desvalorizados.

O que está em jogo é a preservação de uma cultura tradicional alternativa ao capitalismo e a vida nos grandes centros, através da precarização desse modo de vida é que ocorre o convencimento desses povos a sair do seu local de origem e de seus antepassados.

Rocha também relata o conflito pela posse da Praia Martim de Sá entre os Pachecos e os Remédios.

“ Segundo relato de Seu Maneco no documentário Narrativas Caiçaras, sua família em Martim de Sá também foi assediada por grileiros. No caso dele, os Pachecos. Seu avô era criado em Pouso da Cajaíba e depois foi morar onde hoje é a comunidade de Martim de Sá. Um coronel do exército, que a princípio havia visitado o local para fazer turismo de caça, transformou as terras do avô do Seu Maneco em fazenda, inclusive levando trabalhadores para fazerem serviços análogos à escravidão. Em função do imbróglio com o coronel, a família se mudou para Caiuruçu das Pedras. Após a morte do grileiro, a fazenda foi abandonada e dez anos depois retomada por Seu Maneco e sua esposa, quem tinha grande afeição pelo lugar. Após alguns anos, os filhos do falecido coronel tentaram reaver o espólio do pai na justiça e perderam por três vezes: uma no tribunal em Paraty, uma no do Rio de Janeiro e outra em Brasília (Rocha,2021, p.112). “

Mesmo apesar das dificuldades, a família continuou habitando a região. Após de ter sido forçada a se mudar para regiões do entorno (Anchovas, Cairuçu das Pedras e Rombuda) Seu Maneco e sua família conseguiram voltar para Martim de Sá e graças a eles, podemos contemplar uma praia paradisíaca totalmente preservada até os dias de hoje.

Se eles não tivessem se mantido no local, provavelmente nos dias de hoje Martim de Sá seria uma paisagem diferente pois houveram várias tentativas do capital imobiliário de adquirir o local para a construção de um hotel de luxo.

A criação da Reserva Ecológica Estadual da Juatinga inclui a cultura caiçara como pertencente à Reserva, o que garantiu a permanência dos habitantes no local.

Segundo o autor (Monge,2012), a unidade de conservação foi a primeira que prevê no seu decreto de criação o fomento a cultura caiçara local, contudo existe uma contradição pois o decreto não prevê a possibilidade de crescimento da comunidade, o que não é suficiente para garantir a permanência das próximas gerações no local.

A falta de um plano de manejo da Reserva Ecológica Estadual da Juatinga é um problema para os caiçaras pois não define as normas específicas de utilização da reserva e os direitos dos caiçaras. Isso os impede de crescer a comunidade, por exemplo construir mais casas para famílias que estão crescendo.

O autor (Vasconcellos,2009) defende a mudança da Reserva para extrativista o que possibilitaria o uso dos recursos naturais para manutenção do seu modo de vida. Ainda segundo o autor não será possível a criação de um plano de manejo adequado dentro da categoria em que atualmente se encontra a Reserva, para o autor uma recategorização da Reserva se faz necessária quando o objetivo é se adequar melhor a realidade e proteger os direitos dessas comunidades.

Sua permanência é justificada por motivos sociais, culturais e ambientais já apresentados nesse trabalho e também pode-se pautar pela arguição dos autores:

“ Diversos pesquisadores afirmam que estes tipos de populações caiçaras devem ser considerados aliadas na conservação ambiental, pelo grande conhecimento acumulado que possuem sobre a biodiversidade local e por possuírem engenhosos sistemas tradicionais de manejo. Seu direito vai além desta visão utilitarista, deve pautar-se por uma visão histórica de reconhecimento de direitos. Levando isto em consideração, o direito de permanência da Família dos Remédios nos “seus lugares”, além de garantir

eficientes modelos de conservação ambiental, também respeita e valoriza a sua cultura e seus vínculos com o “lugar”, fazendo valer os preceitos constitucionais e infraconstitucionais de conservação da sociobiodiversidade.

(MONGE; LOBÃO; MAIO, 2013, p.542). “

Muitos caiçaras gostariam de construir uma nova casa, pois as casas que possuem já estão antigas e caindo aos pedaços. Outro motivo é pelo crescimento da família, alguns netos do Seu Maneco se casaram e gostariam de construir uma casa para morar no local com suas famílias, porém sempre que começam a construir o fiscal do INEA embarga a obra.

Essas contradições existentes no sistema de proteção ambiental fazem com que essa população, apesar de ter direito a permanecer no local, não consiga perpetuar isso para os seus filhos e netos. É uma forma de “expulsá-los” aos poucos a longo prazo.

### 3.2 A EDUCAÇÃO NESSA COMUNIDADE TRADICIONAL

Até a década de 1970 a região não contava com escolas e a educação das crianças tinha maior foco no trabalho, conforme explica Schneider (Caseiro,2005).

Nessa época, década de 1970, com a chegada da BR-101, surgiram escolas que ofereciam apenas os primeiros anos do ensino, a educação básica, ou seja, até o quinto ano do Ensino Fundamental. Esse mínimo oferecido não é o suficiente para que os alunos possam ter o estudo necessário até mesmo para conseguir desempenhar as suas atividades comuns, como a pesca, os caiçaras precisam fazer um curso da Capitania dos Portos que exige idade mínima de 18 anos e escolaridade a partir do 9º ano do Ensino Fundamental (Brasil, 2022).

Em tempos atuais, a maioria dos jovens caiçaras são analfabetos ou semianalfabetos. A demanda de acesso dos caiçaras à educação formal cresceu, devido a uma pressão do poder público em relação à escolaridade, necessária para

que tenham acesso a benefícios como o Bolsa Família, a licença de pesca, a licença de embarcação, entre outros, como complementa Souza (2014).

Dessa forma as famílias buscam encontrar alternativas para oferecer o ensino de qualidade para suas crianças, o que não é possível dentro de suas comunidades. As opções são buscar escolas em comunidades próximas, mas que ainda assim, levam em torno de uma hora de caminhada pelas trilhas, sendo que a comunidade mais próxima de Martim de Sá é Pouso da Cajaíba, que fica a aproximadamente 2 horas de caminhada, ou então na zona urbana de Paraty. Esta opção requer uma mudança de localidade, afinal a chegada até a cidade tem que ser feita por via marítima, o que nem sempre é possível devido às condições do tempo e do mar.

Algumas famílias se mudam em busca deste estudo, outras enviam as suas crianças para a casa de familiares que estabeleceram residência na cidade, tornando possível dessa forma o acesso à educação.

Essa necessidade de deslocamento acaba criando um êxodo “natural” das comunidades caiçaras que, de forma sutil, acabam por deixar o espaço natural onde foram criados e viveram para se tornarem moradores das periferias das cidades, se sujeitando a trabalhos com pagamento mínimo, na esperança de oferecer a seus filhos o estudo necessário para voltarem às suas casas.

Na busca de estudo, esta migração compulsória afasta os caiçaras de seus lugares identitários, de suas práticas tradicionais e de seus saberes, comprometendo, assim, a reprodução da cultura caiçara (Souza, 2014).

O ensino tradicional caiçara era o do trabalho, da convivência, como explica Loureiro e Garajau (2016). O autor também enfatiza importância da educação para a compreensão do mundo e criação de uma visão de mundo a partir do próprio olhar do sujeito. A capacidade de interpretação e fazer juízo de valor são elementos que só se realizam na sociedade.

Dentro dessa premissa de que a educação deve estar sempre em consonância com a cultura da região onde ela está, a comunidade caiçara recebeu o Projeto Cerco de Saberes, que trouxe um novo modelo de ensino, colaborando para que não haja o mesmo êxodo de crianças e até mesmo de famílias inteiras desta localidade.

“ O Projeto de extensão universitário da Universidade Federal Fluminense (UFF) “Cerco de Saberes: construindo a Escola da Praia de Martim de Sá” foi criado com o objetivo de alfabetizar e promover o letramento dessas comunidades através da metodologia da educação popular, cuja finalidade principal do processo educativo é o de estar a serviço dos interesses e das necessidades das classes populares oprimidas (SOUZA, 2017 apud. PALUDO, 2001, p.6). ”

Este projeto trouxe um novo olhar para as comunidades caiçaras, possibilitando que as crianças e os adultos pudessem aprender não apenas o conteúdo escolar, mas também os saberes sobre o mar e a floresta, sobre o seu entorno e a cultura tão rica que compõem essas comunidades.

Desenvolvido a partir de pesquisas com a comunidade sobre o que de fato era importante para aquele grupo, o Projeto se desenvolveu baseado na teoria de Paulo Freire, da investigação do universo temático, sendo todo criado com base nos conceitos apresentados pela própria comunidade.

A prioridade inicial foi a alfabetização e educação de crianças de 4 a 17 anos e para isso, até o alfabeto usado utilizava de itens do cotidiano dos alunos para adaptar a sua realidade, trazendo elementos presentes no conhecimento que os caiçaras já possuem.

Os ensinamentos começaram com leituras e estudos dos saberes acadêmicos e finalizaram com os ensinamentos sobre os saberes da população caiçara, com aulas sobre artesanato caiçara. Dessa forma o aluno se integrava não apenas com o que era necessário saber para conquistar os benefícios do governo para sua família e até mesmo para o seu trabalho, mas também conhecia e foi possível aumentar a interação com o lugar onde vive, se integrando ainda mais com o ambiente.

Assim, além da valorização do saber tradicional, a Educação Diferenciada cumpre o papel de fomento à luta pelo território ao inverter a lógica capitalista empregada na construção subjetiva dos jovens das comunidades tradicionais. Implica, ainda, um aprofundamento relacional dos jovens das comunidades com a manutenção de seus territórios, tornando-os sujeitos ativos na produção de suas próprias geografias, reafirmando a luta ancestral deixada de herança pelos antigos. (ROCHA,2021, p.173)

O projeto Cerco de Saberes deve ser valorizado e outros projetos semelhantes devem ser encorajados, pois somente através da educação será possível esse povo adquirir o conhecimento necessário para buscar ferramentas para lutar pelos seus direitos.

### 3.3 ATIVIDADES PRODUTIVAS E PROTEÇÃO DA NATUREZA

A comunidade Martim de Sá tem vasta experiência com a terra e o mar. As gerações antigas adquiriram o conhecimento de boa parte do bioma e dele tiram seu sustento, como discorre (Borges e Peixoto 2008) em seu estudo sobre o conhecimento das pessoas dessa comunidade sobre as plantas do local. Os autores afirmam que os moradores mais velhos possuem amplo conhecimento sobre as plantas do local e suas funcionalidades e 74% dos recursos os quais utilizam provém do bioma. Estes também detêm saberes sobre a direção dos ventos, épocas de floração e reprodução de animais. A técnica de produção de farinha de mandioca, pequenos cultivos em agroflorestais e a fabricação da canoa de um tronco só são exemplos de práticas caiçaras antigas praticadas por eles.

A partir da minha experiência observei que tanto homens quanto mulheres trabalham na roça e na pesca na comunidade, não havendo distinção de gênero nessas atividades. As mulheres carregam peso e trabalham duro, assim como os homens. Eles têm o costume de comer muito várias vezes ao dia e atribuem isso ao fato de serem “caiçaras”, distinção bastante reivindicada por eles num sentido de exaltação.

“ A organização social da comunidade é baseada no grupo familiar, unidade básica e vital de existência. As mulheres são mães de família, trabalhadoras do lar e da roça. O papel delas é de extrema importância para a manutenção do grupo doméstico, sua reprodução, produção e sobrevivência. São responsáveis pelo preparo dos alimentos, produção de farinha de mandioca, abastecimento de lenha, cuidado com pequenos animais de criação (patos, galinhas) e a criação dos filhos. Os homens são encarregados das atividades de caça e pesca, derrubada e queimada da mata para o estabelecimento de roças, construção das moradias,

construção e condução de canoas e barcos, e manutenção da limpeza dos quintais para recepção de turistas, comumente exercida em Martim de Sá. Essas características estão, de modo geral, de acordo com as descrições de Adams (2000) para as comunidades caiçaras presentes na Mata Atlântica. (BORGES,2007, p.15). ”

Ainda segundo Borges, o turismo nos últimos anos passou a ser mais uma fonte de renda dos caiçaras de Martim de Sá conciliando as atividades tradicionais à essa nova.

O turismo de base comunitária, praticado no local, consiste em uma troca sociocultural muito grande pois o turista fica hospedado na casa de um caiçara, conhece o seu modo de vida, seus costumes e história dessa comunidade.

O “Seu Maneco”, Manoel dos Remédios, construiu um camping no local e de lá que vem a sua renda, agora com a sua morte seus filhos e netos continuam habitando o local e administrando o camping. Abaixo é possível observar as imagens do camping.

*Figura 4 - Camping de Martim de Sá*

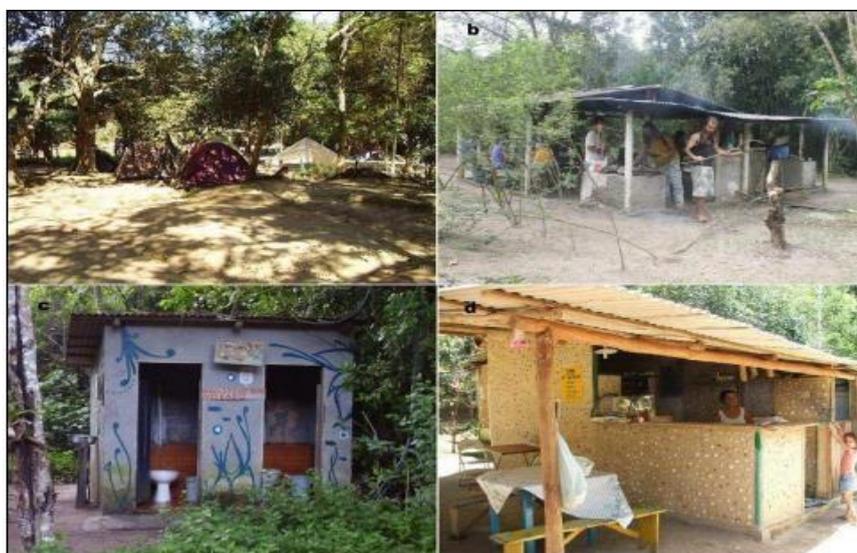


Figura 25. Exemplos da infraestrutura para receber o turismo em Martim de Sá. a) Área para montar as barracas. b) Cozinha comunitária. c) Banheiros. d) “Bar” da Teresa, onde vende lanches.

*Fonte: MONGE, 2012, p. 82*

O camping é bem simples, não possui luz elétrica, apenas poucos banheiros e uma cozinha comunitária com fogão a lenha. Dentro das casas têm luz elétrica, mas a bateria é de baixa adesão e o tamanho das placas solares pequenas para a

quantidade de moradores, o que faz com que falte luz periodicamente se não fizer dias muito ensolarados.

O turismo no local é sazonal, pois quando não está no verão além do clima não estar propício para a visitação na praia, o mar costuma ficar muito perigoso e a entrada e saída para Martim de Sá fica muito perigosa impossibilitando os turistas de frequentarem o lugar nas outras épocas do ano.

Outro fator que contribui para essa sazonalidade turística é o fato da travessia de Paraty para Martim de Sá ser de mais de uma hora de barco. A travessia também não pode ser feita a qualquer hora do dia, pois a maré precisa estar cheia para o barco conseguir atracar na praia e também precisa estar com o mar calmo, para o barco não virar com as ondas.

É necessário um dia para chegar e outro para ir embora, não sendo possível ir e voltar no mesmo dia. Não vale a pena o turista ir um dia e ir embora no dia seguinte pois o tráfego na maioria das vezes é preferencialmente feito de manhã por conta do mar. Isso faz com que os feriados pequenos não sejam aproveitados para a visitação no local, está se limitando apenas ao período de férias e festas de final de ano.

A sazonalidade da natureza do local, não afeta só o turismo, mas toda a vida dos caiçaras. Criou-se uma cultura de trabalhar durante o verão e utilizar dessa renda para se manter durante o inverno. Outro setor afetado pelas condições do mar no inverno é a pesca que praticamente para por conta do perigo que se encontra o mar revolto.

Contam os mais antigos moradores da comunidade caiçara, que a pesca como é feita hoje, com Cerco Flutuante, foi trazida por um japonês para a região. A técnica pode ser definida da seguinte forma:

“ A família dos Remédios que mora nos locais conhecidos como Rombuda, Martim de Sá, Saco das Anchovas e Cairuçu das Pedras no município de Paraty/RJ, há pelo menos cinco gerações tem a arte de pesca do Cerco flutuante como uma das suas principais atividades. Toda a família trabalhou ou trabalha com esta pescaria, e trata-se de uma atividade rentável economicamente para eles, pois o produto da pesca do verão possibilita a subsistência do resto do ano, já que somente pescam na época quente devido às melhores condições ambientais e à disponibilidade de peixes.

Mesmo sendo uma arte de pesca vinda do Japão, ela foi incorporada no saber local/tradicional e se caracteriza por ser realizada em família com a

presença de crianças e também de mulheres. Eles possuem uma série de saberes relacionados ao Cerco e à biodiversidade local. Devido aos atributos deste petrecho (arte passiva que espera o peixe chegar, não destrói mecanicamente o habitat, multiespecífica, etc.) e o manejo realizado pelos pescadores, a pesca com Cerco Flutuante pode ser considerada de baixo impacto ao ambiente, sustentável. Ainda é possível afirmar que se encontra nesta pescaria uma interessante forma para o diálogo do conhecimento científico e do saber local/tradicional (PIRES;MONGE, 2012, p.221). “

A pesca passou a ser uma das atividades principais de famílias como a do Seu Maneco, um dos moradores mais antigos da Juatinga, e com ele seus filhos também aprenderam o trabalho, na tentativa de perpetuar esta atividade, dentro dos moldes trazidos há anos para a região.

Um dos problemas encontrados pelos pescadores é em relação ao reconhecimento por parte da sociedade eles são detentores de conhecimentos sobre o trabalho, o que traz problemas para a vida dos caiçaras, principalmente em relação a obtenção das habilitações, fato esse que ultrapassa a barreira do trabalho e afeta o campo pessoal, onde a baixa autoestima dos indivíduos, que se sentem inferiorizados e têm vergonha do jeito de ser e de falar, levando a maioria a crer que a melhor saída para resolver os problemas de todos se dá por conta da necessidade de receber a educação ensinada nos bancos escolares, que facilitariam e muito a obtenção de licenças e também a aceitação pela sociedade fora de sua comunidade.

Relato de Seu Maneco sobre a Natureza evidencia o olhar do caiçara tão diferente do olhar do homem ocidental urbano.

“Depois que destruir tudo num tem mais jeito. Depois da casa arrombada num adianta bota a tranca, é um ditado muito popular, depois da casa arrombada num adianta bota a chave. A mesma coisa é esse planeta da Terra. Depois dele destruído num adianta fazer mais nada não. A poluição, esses troços do ar, num tá dando. As fruta de 1o , há 30 e poucos anos atrás, você entrava nessa mata aí, tem muita fruta nessa mata aí de se comer. Quantas frutas eu caçando comi... essa você come, aquela é veneno, essa se come mas aquela outra num se come, na mata toda. Hoje se você andar na mata é de mato, é difícil encontrar um pé de fruta. A caça tá se acabando porque num tem fruta, está morrendo... ... quando tinha peixe no mar tava encalhando vivo. Boto tava de montão aí, que tinha alimento pra eles, agora num tem alimento, então, eles morreram... então eles vão viver? ... A mesma coisa na Terra. Essa química no ar, e nós respirando aí. Nós ainda estamos resistindo, mas a floresta num tá

resistindo não! A Terra num tá resistindo por que num tá dando mais os seus fruto não... Cabo ... é difícil anda aí no mato, aí anda pra lá, pra cá, pra encontra um pezinho de fruto e é difícil encontra as árvores também, tão morrendo os alimento delas, a floresta num dá mais! Quem é aí o causador disso tudo? O Homem! Culpa do Homem. É ele! É ele por causa do dinheiro, pra quando num caber no Banco do Brasil, que ainda é pouco, manda pros bancos do estrangeiro lá, pra comprar isso, comprar aquilo. E com aquele dinheiro ali ele destruiu a Natureza, pra cria mofo lá ... nos banco.”... Porque ainda o Homem num chegou pra destruir, ainda ta no tipo do Sr, ta preservado, mas ela (Martim de Sá) mesmo 72 assim sem destruição, ta sentindo no vácuo a força dos venenos, a força da química que tão soltando na água, que tirando a água do mar ela gira dentro dela, o rio também corre, quer dizer ... então tá indo... Então, quer dizer, é uma coisa que eu discordo, não acho meio de ser assim ... e a Natureza cada vez ta indo embora. ... Num to vendo preservar nada, to vendo é aumentar, aumentar cidade, aumentar indústria fazer coisa mais fácil, mais automóvel, mais avião, mais navio, poluir mais a Terra. O plástico ... de 1a a população vivia, comprava a mercadoria em Parati, trazia era tudo em folha de papel, então largava aí, batia chuva e num instante virava adubo. Hoje o plástico ... pode acabar o país, o mundo que o plástico só vai acabar quando o mundo acabar, que é uma coisa que nunca se acaba. Rola pra lá, pode enterrar que num acaba. Se queimar polui o ar e fica aquela nata, aquela borra na terra, num desmancha, nem o fogo depois vai querer pegar nele. É uma coisa que as empresas faz os venenos, num procura colher, num procura dar um valor, pra dizer eu quero de volta de novo pra desmanchar, pra mandar de volta em outra embalagem. É uma coisa muito fora de série! Tão destruindo a Natureza! E nós vamos ficar numa situação ... aí dos coitados que vão ficar na face dessa terra daqui há uns anos vai ser muito pouco. O que eu to vendo num é do tempo do meu pai. Meu pai de uns tempos pra cá ele num comia mais os peixes, botava na boca e sentia o gosto do óleo. Por que? Botava na boca amassava, botava fora num dava pra descer, era óleo puro! Peixe bom ainda do lado daqui que é um lugar ainda que a natureza ta forte, mas como eles anda, correndo o mar, então eles chega nas mancha de óleo, muitos vêm e se alimentam da espuma do mar, então eles se alimentam dali, muitos peixe e aí come aquele óleo. Já encontrei peixe aí na praia com plástico no estomago, pensa que é uma comida, que é claro, é branco, vão provar alguma coisa, acha, engole aquele pedaço, pronto aquilo num desfaz! O mar ta contaminado de lixo... O povo é muito pouco que ta preservando, muito pouco! E esse pouco que tem num dá conta, num dá conta, porque é muito povo que ainda não compreendeu a natureza, que num dão valor, pensa que é assim mesmo: Ah... isso é assim mesmo, é assim mesmo! ... O povo malucaram e botaram pra destruir! Carece que eles se acorda e toma jeito, enquanto ... ainda é tempo...” (SINAY,2002, p.71).”

Abaixo mostra uma imagem do “Seu Maneco recolhendo o lixo deixado pelos turistas.

*Figura 5 - O lixo deixado pelos turistas*

Figura 6: O lixo deixado pelos turistas sendo queimado



Fonte: SINAY, 2002, p. 63

A coleta do lixo é um problema crucial na vida dos caiçaras, com a falta de coleta por parte da prefeitura que, segundo relatos de caiçaras locais, alegam que não é possível fazê-la porque o mar é muito perigoso na área que corresponde a ponta da Juatinga. A administração da reserva determinou então que a comunidade ficaria responsável pela coleta do lixo que deveria cobrar dos turistas uma taxa para esse serviço (Sinay,2019)

Atividades como a agricultura, o extrativismo e a caça, outrora praticados pelos caiçaras de Martim de Sá, encontram-se atualmente na ilegalidade apesar de terem cumprido por anos o papel de alimentar essa família e fazer parte. É possível observar um vasto conhecimento dos ciclos naturais como por exemplo as épocas do ano em que é possível caçar pois os animais não vão estar com cria.

A construção da canoa tradicional caiçara foi estudada pelo autor Machado (2010) e pode ser considerada um exemplo de conhecimento caiçara que transcende gerações e possibilitou o seu deslocamento pela via marítima.

“ Uma iniciativa que visa estimular a proteção deste saber, que são conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades ocorreu em março de 2012, onde foi protocolado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN do Estado de São Paulo, o requerimento de pedido de registro da “canoa caiçara” (canoa de um tronco só) como bem cultural imaterial brasileiro, baseando-se nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000 e no Decreto Federal nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 (MONGE,2012, p.69).

”

O autor Monge (2012) também faz referência à agricultura praticada pela comunidade. Segundo ele, a família possui várias lavouras, sendo a mandioca o principal alimento cultivado com o objetivo de se transformar em farinha através das casas de farinha. O artesanato de cestos de cipó também é mostrado no trabalho do autor.

“ Em 20 de fevereiro de 2008, Seu Maneco recebeu da Câmara de Vereadores do município de Paraty uma Moção de Aplausos como reconhecimento por “demonstrar ser possível administrar um camping numa reserva ambiental, desenvolvendo a consciência e o respeito pelo meio ambiente dos seus usuários além de propiciar-lhes um convívio harmônico através de regras claras garantidas por um diálogo franco e aberto” (MONGE, 2012, p.80). ”

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os povos tradicionais fazem parte da formação histórica e cultural do nosso país, por muito tempo foram menosprezados e tratados como grupos insignificantes, dentro de uma sociedade colonizada e extrativista, como foi o Brasil dos primeiros séculos pós colonização.

Somente nos últimos anos que estes grupos passaram a ser de fato vistos e tornaram-se alvo de políticas públicas que favorecem o mínimo de direitos para os cidadãos terem uma vida digna.

É possível afirmar que, mesmo com todas as variáveis desfavoráveis, a comunidade Martim de Sá possui um sistema social forte que vem enfrentando todas as adversidades sofridas como: a escassez na formação da educação básica e a falta de políticas públicas eficazes voltadas para contemplar as demandas específicas da sua realidade ainda consegue se manter firme dentro de suas “tradições”.

E a partir desta análise sobre os caiçaras podemos perceber a importância destas comunidades para a preservação e educação ambiental das próximas

gerações, pois através destas comunidades o uso da natureza para a subsistência mostra-se possível, desde que as pessoas aprendam como fazer o bom uso de cada pedaço de terra.

Através do saber e da relação destas comunidades com os recursos naturais, proveniente de uma economia de subsistência que respeitam os ciclos naturais, seus conhecimentos dos ciclos biológicos, de plantas medicinais, tecnologias de pesca e caça artesanal, é possível observar uma cultura de não acúmulo, de respeito e integração ao meio ambiente que se contrapõe a lógica capitalista hegemônica.

É necessário que ocorra uma mudança na categoria da Reserva onde a comunidade está inserida para garantir suas atividades produtivas, pois não é suficiente apenas a permanência desse povo, mas sim a possibilidade de extrair da natureza o necessário para sua sobrevivência.

Também é possível perceber uma necessidade de maior atenção às políticas públicas para estes povos, em relação ao ensino e as necessidades do grupo para manter o seu ganha pão com a pesca, que é a atividade principal do grupo. E também a criação de políticas públicas de inclusão social que garantam oportunidades para os caiçaras poderem ter acesso a qualquer área do conhecimento do ensino básico a pós graduação.

Outra forma de expulsar os caiçaras do seu local de origem indiretamente é precarizar seu modo de vida a ponto destes migrarem para áreas periféricas na cidade de Paraty em busca de acesso à serviços básicos.

É preciso dar visibilidade a importância dessa comunidade tradicional. Permanecer na sua terra originária com seus recursos naturais preservados e a possibilidade de prosperar e se manter no local de origem é um direito histórico. A garantia de seus direitos fundamentais e humanos, civis e políticos é um dever da sociedade como um todo.

Possibilitar a continuidade e a valorização da sua cultura, dando ênfase à necessidade das próximas gerações terem a oportunidade de conhecer e praticar o modo de vida dos seus antepassados, perpetuando assim uma cultura de não acúmulo. Tal cultura é de grande importância para a sociedade como um todo pois nos prova que é possível coexistir em consonância com a natureza.

Conclui-se que se faz necessária a criação de oportunidades de inclusão social por meio de novos modelos de áreas protegidas, planos de manejo

elaborados junto com a comunidade e políticas públicas que garantam seu acesso a seus meios de subsistência e serviços básicos como coleta de lixo, saneamento básico, assistência social, educação e saúde.

### REFERÊNCIAS

BARRETO FILHO, H. T. **Populações negras: introdução à crítica da ecologia política de uma noção**. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R. S. S.; NEVES, W. A. (org.) Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

BORGES, Rodrigo, PEIXOTO, Ariane Luna Peixoto. **Conhecimento e uso de plantas em uma comunidade caiçara do litoral sul do Estado do Rio de Janeiro**, 2008

BORGES, Rodrigo. **Estudos Etnobotânicos na Comunidade Caiçara Martim de Sá, APA de Cairuçu, Paraty, RJ**. 2007. Tese de Doutorado. Dissertação em botânica tropical, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

BRASIL, 2022 - **Guia de Políticas Públicas para Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em:

<<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-portemas/igualdade-etnico-racial/publicacoes/guia-pcts.pdf>>. Acesso em: 10/05/2023

BRASIL. **Marinha**. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/>>. Acesso em: 20 de julho de 2022.

CAETANO, Edson; NEVES, Camila Emanuella Pereira. **Saberes da produção associada: implicações e possibilidades**. In: Revista Trabalho e Educação, v. 22, n.3, Belo Horizonte. 2013.

CRUZ, Valter do Carmo. **Povos e comunidades tradicionais**. In: CALDART et al. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000. 211 p.

DIEGUES, Antonio Carlos **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Editora HUCITEC. NUPAUB/USP, 2001.  
DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB – Universidade de São Paulo, 1994.

DIEGUES, Carlos Antonio. **As populações humanas em áreas naturais protegidas da Mata Atlântica**. 1996.

FILHO, Aderval Costa, MENDES, Ana Beatriz. **Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Superintendência de Comunicação Integrada – MPMG. Disponível em: <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/CartilhaPovos-tradicionais.pdf>>. Acesso em: 20 de julho de 2022.

GARAJAU, J., 2016. **Indivíduo social e formação humana: fundamentos ontológicos de uma educação ambiental crítica**. *Ambiente e educação*, 21 (1): 41-58.

GODOY, D.; MARQUES, R. GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DIFERENCIADA CAIÇARA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA CAJAÍBA E MARTIM DE SÁ NA PENÍNSULA DA JUATINGA, PARATY/RJ. **Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, v. 3, n. 1, p. 55-65, 2 dez. 2021.

HOROVITZ, Gabriel. **A pesca artesanal em Paraty: conflitos e desafios para a gestão ambiental**. 2016.

LITTLE, Paul Elliot. **Mapeamento conceitual e bibliográfico das comunidades tradicionais no Brasil**. Brasília: Departamento de Antropologia da UnB, 2006. (Mimeo.)

LOUREIRO, C.F.B.; FRANCO, J.B. (orgs.) **Educação ambiental: dialogando com Paulo Freire**. São Paulo: Editora Cortez, 2014. 155-180p.

MACHADO, Mickael Viana. **Embarcações marítimas artesanais: aspectos construtivos e anatomia descritiva de madeira de duas espécies florestais utilizadas por comunidade do litoral sul fluminense**. 2010.

MONGE, Ricardo Papu Martins; LOBÃO, Ronaldo; DI MAIO, Angelica Carvalho.

Recategorização da Reserva Ecológica da Juatinga: suas diferentes territorialidades.

**VI Seminário Brasileiro sobre áreas protegidas e inclusão social: tendências e perspectivas**, v. 6, n. 1, p. 532-544, 2013.

MONGE, Ricardo. **Pensando a escola na comunidade caiçara de Martim de Sá, Península da Juatinga, município de Paraty/RJ**. 2013. 63p. Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas), Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2013

MONGE, Ricardo; **“Nascido e criado”**: a ocupação tradicional da Família dos Remédios, uma comunidade “caiçara” – Península da Juatinga, município de Paraty/RJ. Niterói, 2012. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012

MONGE, Ricardo “Papu” Martins. **Pesca com rede de cerco flutuante na Reserva Ecológica da Juatinga (REJ), município de Paraty/RJ**. Niterói, 2008. 92 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Biológicas) – Instituto de Biologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

NEXO JORNAL – O **Estado, a Natureza e a Liberdade dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Link para matéria:

<https://pp.nexojornal.com.br/opiniaio/2020/O-Estado-a-natureza-e-a-liberdade-dospovos-e-comunidades-tradicionais>

PALUDO, C. **Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular**. Porto Alegre: Tomo editorial, 2001. 272p.

PELLEGRINI, Clarissa. **Narrativas Caiçaras**. Beatnik produções. In. Acesso em: <[https://www.youtube.com/watch?v=r47pBiR\\_kJA](https://www.youtube.com/watch?v=r47pBiR_kJA)>. JAN/2021;

PEREIRA, Laís de Paula. **(des) afinando os sentidos: experimentações de um devir-caiçara**. 2018.

PIRES, Ivan de Oliveira, MONGE, Ricardo Papu Martins. **A Pesca “Tradicional” De Uma Comunidade Caiçara**. 2012

ROCHA, Willian da Silva **Ferramentas de R-existência caiçara: temporalidades, trajetórias e territórios em Paraty-RJ** Niterói, 2021.

SCHNEIDER, Alice Branco de; CASEIRO, Fernando. **Cultura caiçara: resgate de um povo**. São Paulo: Editora Etecê, 2005.

SINAY, Laura et al. Povos Tradicionais, Áreas Protegidas e turismo: Um Estudo de Caso Brasileiro de 15 Anos de Mudança Cultural. **Ambiente & Sociedade**, v. 22, 2019.

SINAY, Laura. **Ecoturismo e Culturas Tradicionais Estudo de Caso: Martim de Sa**. 2002.

SINAY, Laura; CARTER, Rodney William Bill; DE SINAY, Maria Cristina Fogliatti. Povos tradicionais, áreas protegidas, turismo e políticas públicas: o papel emergente da academia. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 18, n. 3, 2019.

SOUZA, Renata; SOUZA, Vanessa Marcondes. **Projeto Cerco De Saberes: Educação Popular Em Busca De Justiça Ambiental No Sul Da Península Da Juatinga, Município De Paraty-Rj**. IV Seminário de Justiça Ambiental, Igualdade Racial e Educação 2014.

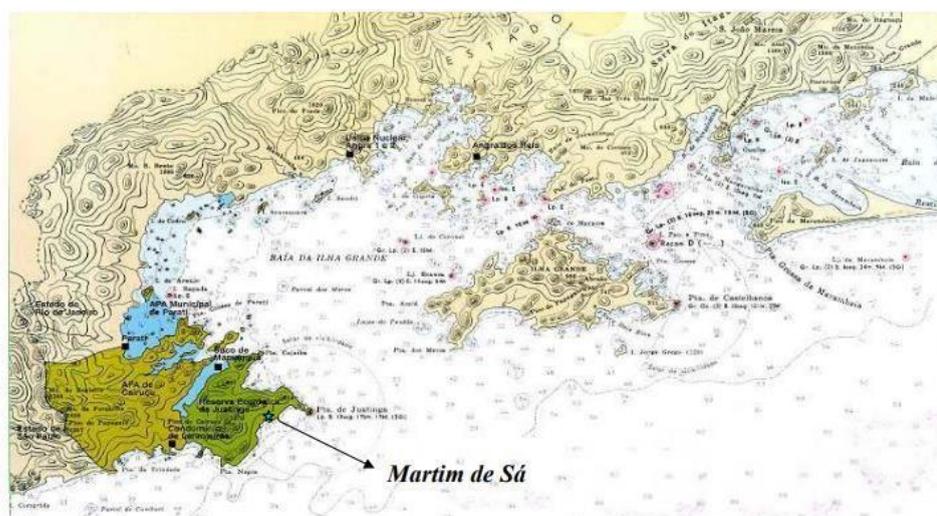
VASCONCELOS, Tasso Torres de. **Reserva Ecológica da Juatinga, RJ: discussão sobre a categoria e usos da unidade de conservação**. 2009.

VIANNA, Lucila Pinsard. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. Annablume Editora, 2008.

## ANEXO I

*Figura 1 - Mapa de localização de Martim de Sá*

Figura 1 : Mapa de Localização de Martim de Sá



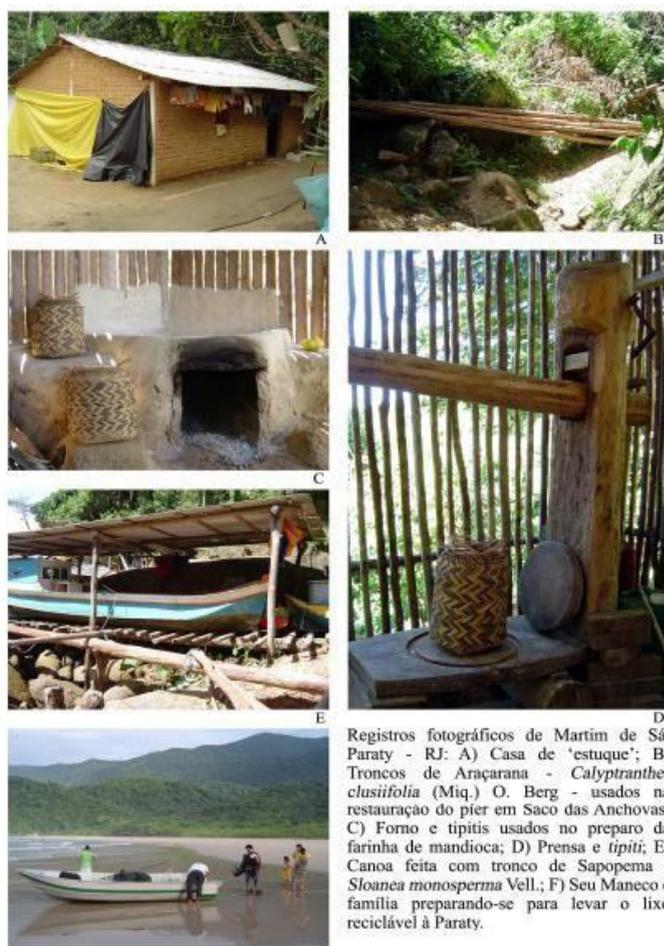
Fonte: SINAY, 2002, p. 41

Figura 2 - Vista da Praia de Martim de Sá



Fonte: MONGE, 2012, p. 25

Figura 3 - Como vivem os caiçaras



Fonte: BORGES, 2007, p. 50

Figura 4 - Camping de Martim de Sá

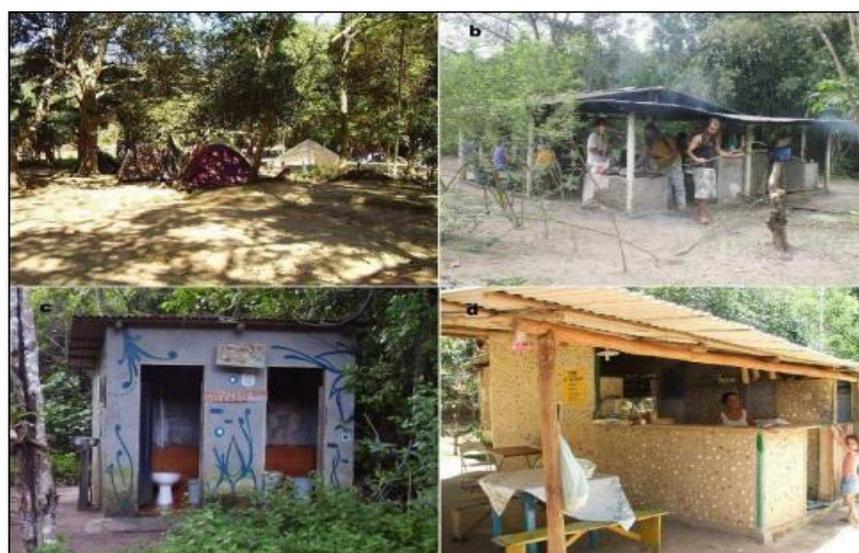


Figura 25. Exemplos da infraestrutura para receber o turismo em Martim de Sá. a) Área para montar as barracas. b) Cozinha comunitária. c) Banheiros. d) "Bar" da Teresa, onde vende lanches.

Fonte: MONGE, 2012, p.

*Figura 5 - O lixo deixado pelos turistas*

**Figura 6: O lixo deixado pelos turistas sendo queimado**



*Fonte: SINAY, 2002, p. 63*

*Figura 6 - Crianças de Martim de Sá no projeto Cerco de Saberes*



*Fonte: SOUZA, 2014, p. 435*

*Figura 7 - Caiçaras de Martim de*



Fonte: BORGES, 2007, p. 51  
Figura 8 - Águas do mar de Martim de



*Fonte: acervo pessoal*

*Figura 9 - Cerco Flutuante*

Figura 2. Foto do cerco flutuante localizado no Saco das Anchovas (Monge, 2008)



Fonte: MONGE, 2012, p. 53

Figura 10 - família que me acolheu em Martim de Sá



Fonte: MONGE, 2012, p. 29

Figura 11 - Canoa de um tronco só motorizada



Fonte: MONGE, 2012, p.

62

Figura 12 - em busca de uma árvore para virar canoa



Fonte: MONGE, 2012, p. 66

Figura 13 - confecção da canoa



Fonte: MONGE, 2012, p. 67

Figura 14 - mutirão para carregar a canoa



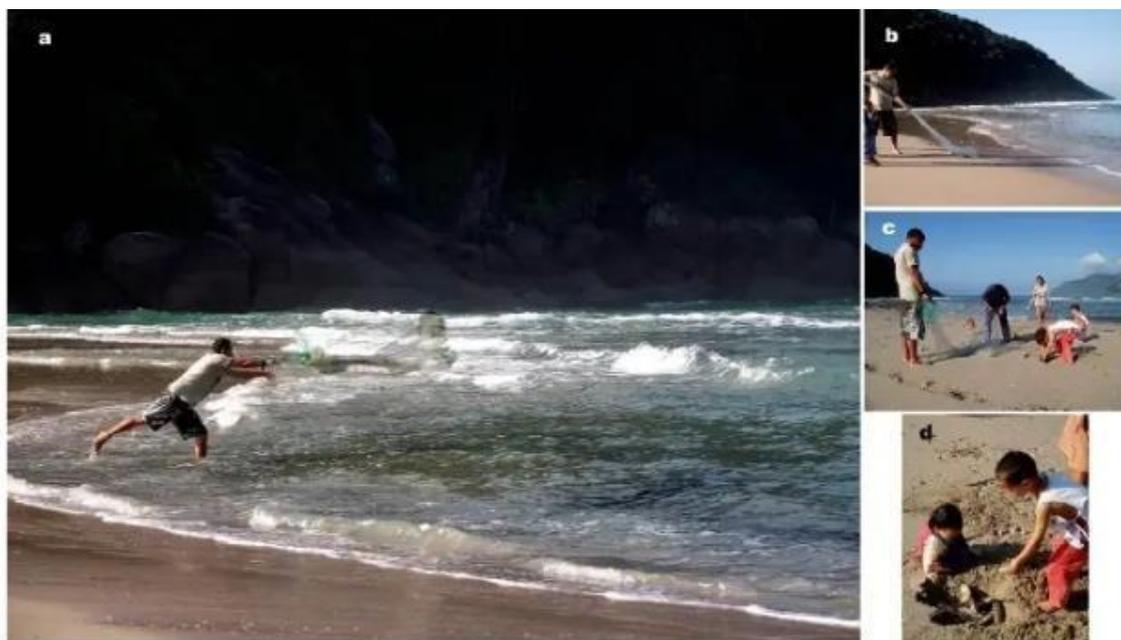
Fonte: MONGE, 2012, p. 68

Figura 15 - Turistas ouvindo histórias sobre o lugar contadas pelo "Seu Maneco"



Fonte: MONGE, 2012, p. 81

Figura 16 - Pesca na praia de Martim de Sá com rede



Fonte: MONGE, 2012, p. 83

Figura 17 - Placas no camping



Fonte: MONGE, 2012, p. 87

Figura 18 - “Seu Maneco” e sua mãe “Dona Capitulina”



o “Seu Maneco”, junto com sua mãe, dona Capitulina, que beira os 100 anos de idade na sua casa em Martin de Sá.

Fonte: MONGE, 2012, p. 27